

Relatório e Contas de 2010

Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Handwritten signature and initials

Relatório de Gestão

1

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2010

I. Enquadramento geral da actividade de cobrança desenvolvida em 2010

O ano de 2010 veio confirmar a necessidade imperiosa e urgente de alterar a Lei que regula a cobrança e gestão da remuneração devida pela Cópia Privada de obras, prevista pela alínea b) do artigo 81.º e pelo artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, e regulamentada pela Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro, na redacção da Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto.

A necessidade de revisão sente-se não só ao nível do alargamento do elenco de suportes abrangidos pela remuneração, mas também quanto às regras de cobrança e sobretudo à criação de condições para a fiscalização efectiva do cumprimento da Lei.

Como demonstra o anexo 1, verificou-se este ano uma diminuição efectiva da ratio dos valores declarados perante os dados fornecidos pela GFK, constantes do anexo 2, e que cobrem uma fatia do mercado total que a GFK estima ser de 80% (dado da inteira responsabilidade da GFK). As declarações efectuadas à AGE COP representam entre 60 a 89% dos valores de mercado, dependendo das referencias analisadas.

Assim, a diminuição de declarações que é evidenciada nos quadros 2 e 5 do anexo 1 resulta em parte da diminuição do n.º de unidades vendidas no mercado de produtos sujeitos a remuneração, que é evidenciado pelos quadros 3 e 6, mas também de outras causas. **De seguida apresenta-se o anexo 1 em referência, para análise.**



No que respeita ao Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual, tem-se verificado um decréscimo significativo nos valores declarados e posteriormente facturados pela AGE COP desde 2004 até 2010, conforme resulta dos quadros 1, 2 e 3 constantes do anexo 2, que evidenciam o ratio de cobrança perante os valores declarados com referencia aos diferentes anos e trimestres analisados.

Analisando as cobranças efectuadas ao longo do ano de 2010, são de destacar os seguintes dados:

- € 2.233.204,25 de facturação total – este valor inclui a facturação do Departamento de Reprografia, no valor de € 8.321,46, e do Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual, na quantia de € 2.224.882,79 relativa à cobrança das remunerações incidentes sobre as vendas de equipamentos e suportes sujeitos a remuneração, referentes aos anos de 2009 e 2010, excluindo apenas o último trimestre do ano civil a que se reporta o presente relatório, cuja declaração apenas é efectuada em 2011. De notar que se verificou um decréscimo de cerca de um milhão e meio de euros relativamente aos números do ano passado, que indicavam uma facturação de € 3.833.470,61. Assim, a facturação deste ano foi cerca de 42 % inferior à do ano passado.
- Quanto aos recebimentos efectivos, independentemente do trimestre a que respeitam, totalizam o valor de € 2.389.632,28, sendo € 10.263,77 da Reprografia e € 2.379.368,51 da Cópia Sonora e Audiovisual. Em 2009 as cobranças totais ascenderam a € 3.633.983,81, sendo o valor deste ano cerca de 35% inferior ao do ano passado.

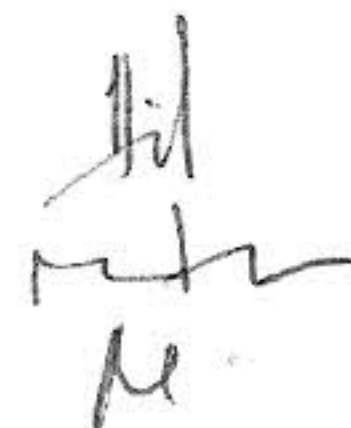
Handwritten signature and initials

Os valores cobrados no ano de 2010 encontram-se melhor detalhados, por mês, no anexo 3. O ratio de cobrança face aos valores declarados situa-se nos 107%, devido à inclusão nas cobranças de valores pagos em execução de acordos de pagamento de dívidas referentes a anos anteriores. **Apresentam-se de seguida os anexos 2 e 3 ao presente relatório.**

Dos quadros do anexo 1 resulta claro que na maior parte das categorias de suportes foram vendidas quantidades superiores às declaradas à AGE COP, o que deve ser lido considerando que as informações fornecidas se restringem aos dados de *sell-out* dos agentes do mercado dito regular e restrito a grandes retalhistas, isto é, não abrange situações conexas com a pirataria, em que a aquisição de suportes é feita a partir de canais do mercado paralelo, nem as importações directas efectuadas por pequenos retalhistas ou a totalidade das vendas on line. Como mencionado atrás, estima-se que estes dados abranjam 80% do mercado total de venda destes produtos.

Os aparelhos e suportes actualmente incluídos no âmbito da remuneração pela cópia privada já estão claramente a perder terreno em termos de vendas para novos dispositivos de armazenamento que se permitem reproduzir conteúdos protegidos e que actualmente não são objecto de remuneração.

Referimo-nos aos leitores de MP3 e MP4, aos telemóveis, cartões de memória, discos (internos e externos, que incluem os designados discos multimédia, com uma capacidade média de 500 GB), blu-ray, pen-drives, boxes digitais, entre outros dispositivos de armazenamento, com uma capacidade de armazenamento muito superior à dos CD e DVD, que estão a cair em desuso.



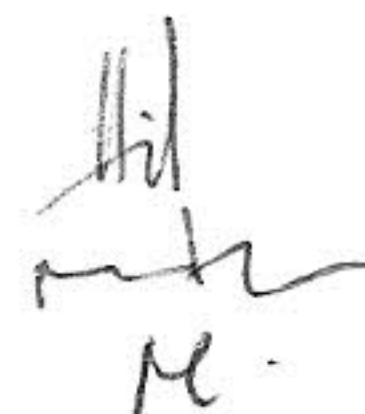
A venda crescente de novos suportes que permitem efectuar reprodução de obras e não são abrangidos pela remuneração não é a única causa que justifica a diminuição de cobranças.

O advento de novos suportes no mercado, que implicou uma diminuição nas vendas dos suportes sujeitos a remuneração, e o elevado volume de fraude de modo conjugado são os factores que justificam a diminuição do n.º de declarantes – de 55 em 2009 para 49 em 2010 -, bem como dos valores da cobrança.

A ausência de uma fiscalização permanente e efectiva tem contribuído para que a fraude seja crescente no mercado português. Não obstante os inúmeros contactos desenvolvidos junto da IGAC e da ASAE, bem como junto das Inspeções de Finanças e da DSIFAE, os esforços para mobilização das autoridades têm dado poucos resultados. Em Julho foi efectuada uma acção de fiscalização pela ASAE a várias empresas, com a colaboração da AGE COP ao nível da apresentação de denúncias, mas ainda não há resultados visíveis desta acção.

A acção de fiscalização desencadeada no final de 2009 pela ASAE em colaboração com a DSIFAE teve por resultado o arquivamento por inexistência de indícios de fraude.

A IGAC não promoveu qualquer acção de fiscalização durante o ano de 2010, não obstante a pendência de cerca de 70 denúncias efectuadas junto deste organismo desde 2009.



O facto de se tratar de um trabalho com uma componente técnica exigente e de as multas e dívidas fiscais dele resultantes se revelarem de difícil cobrança, além da falta de pessoal habilitado em número suficiente, têm sido os factores apontados pelas autoridades para justificar o diminuto número de fiscalizações. Acresce que a instrução de processos apenas pode ser efectuada pela IGAC, o que desmotiva a fiscalização por outras autoridades. A IGAC não tem manifestado capacidade de coordenação com outras autoridades, para obviar ao atraso na realização dos autos.

Em virtude da cessação das solicitações de perícias técnicas pela IGAC, foi terminada a avença com a sociedade de ROC que levava a cabo tais perícias.

Não obstante, a AGE COP continua a prestar o apoio que venha a ser solicitado pelas autoridades e a promover encontros regulares com os representantes da IGAC e da ASAE, e reuniões pontuais com as direcções regionais de Finanças. As poucas acções de fiscalização efectuadas este ano resultaram deste esforço de mobilização, não obstante a indicação de que as mesmas não vão ter carácter regular enquanto a legislação não for alterada para adequar a instrução de processos às competências de fiscalização.

Por fim, no ano de 2010 não se efectuaram acções de mailing informativo em conjunto com a IGAC, já que se aguardou renovação de assinaturas em virtude da tomada de posse de um novo Inspector Geral. Apesar de a solicitação desta colaboração ter sido efectuada em Fevereiro, só no mês de Novembro foi transmitido à AGE COP que tais acções não voltarão a acontecer, pelo que a AGE COP deverá fazer a sua actividade de divulgação sem colaboração da IGAC que, no entanto, se disponibilizou para estudar a hipótese de fazer uma divulgação

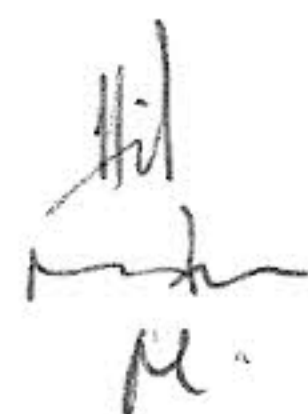
Handwritten signature and initials

reforçada com pedidos de elementos comprovativos às empresas, quando o entenda adequado.

Por este motivo, e tendo em conta que as acções de mailing sem o apoio da IGAC se revelaram de eficácia muito reduzida, optou-se por não avançar com acções de mailing este ano, pela primeira vez desde 2004, já que envolvem custos elevados e emprego dos escassos recursos humanos disponíveis numa actividade morosa e de eficácia duvidosa.

Constatou-se no decurso de 2010 a necessidade de assumir um novo posicionamento no combate à fraude, perante o galopar do incumprimento e a inacção das autoridades. Além de ter sido aprovado no plano de actividades para 2011 retomar de modo activo a recolha de informação quanto a empresas que não cumprem a Lei e actualizar as denúncias a efectuar, foi afecto um orçamento para intentar providências cautelares e acções judiciais destinadas a obter a informação necessária à cobrança que resultaria das acções de fiscalização que não são promovidas pelas autoridades. Ambos os procedimentos estão em curso desde o início de 2011.

Apesar de o nível de incumprimento dos pagamentos devidos pelas cobranças efectuadas não ser significativo, apresentou um crescimento este ano, que já vinha sendo sentido no ano de 2009. De notar que neste ponto, tal como na diminuição do n.º de empresas declarantes, influi de modo negativo a grave crise económica e financeira que Portugal está a viver, e que levou ao pedido de ajuda internacional formalizado no início de 2011. Não obstante, foram instituídos procedimentos para accionar a cobrança judicial de todas as dívidas de imediato após um mês de



maturidade. Neste âmbito, está em curso a participação em acções de insolvência relativas a alguns devedores.

São problemas urgentes a clara insuficiência e inadequação do quadro legal em vigor no que se refere ao regime de responsabilidade, a ausência de mecanismos de aplicação efectiva da Lei por parte da AGECOP e o regime de cobrança e entrega da remuneração, o qual deve ser mais eficiente, claro e responsabilizador. Daqui deriva a impossibilidade de a AGECOP intervir de forma directa para contribuir para a moralização do mercado com meios eficazes e céleres, restando-nos a alternativa de agir judicialmente.

No que respeita ao Departamento de Reprografia, os dados de cobrança referentes a 2010 revelam uma facturação de € 8.321,46 e recebimentos de € 10.263,77. Os dados comparativos de facturação e recebimentos desde 2006, primeiro ano de cobrança deste Departamento, encontram-se melhor detalhados no anexo 2.

Remete-se para a análise o anexo 2 já apresentado.

De facto, o quadro legal da cópia privada na área da Reprografia é adverso à tutela dos interesses dos titulares de direitos, já que prevê um falso sistema duplo de remuneração: falso porque prevê uma tarifa de 3% sobre os equipamentos que não é aplicável, pois os aparelhos que permitem fotocopiar ou por qualquer outra forma reproduzir obras protegidas não têm a tecnologia analógica requerida por Lei, e também porque a tarifa que incide sobre os operadores do mercado (3% do preço de venda sem IVA de uma fotocópia, o que equivale a cerca de € 0,0012) transforma a cobrança numa fonte de custos e não de receitas. Acresce que o método de cobrança, que implica calcular a remuneração devida com base no n.º de cópias

*Ad
Mh
M.*

fornecido pelos operadores de mercado sem possibilidade de controlo efectivo, aumenta a ineficiência da cobrança e desencadeia situações como as de centros de cópias que pagam quantias inferiores a um euro por ano.

Não obstante, desde 2006 foram já celebrados 309 protocolos com centros de cópias, bibliotecas públicas, ordens profissionais e arquivos públicos, que geraram as seguintes cobranças, com referência à tarifa anual de cada um dos anos abaixo individualizados. Destes, apenas cerca de 118 se encontraram activos e em pagamento no ano de 2010. Como tal, foram desencadeados de imediato procedimentos para a cobrança coerciva de dívidas, que têm tido algum retorno em termos de cobrança.

Todos estes factores demonstram que a Lei em vigor é claramente insuficiente e inadequada, causando prejuízos aos titulares de direitos que assim são coartados do seu direito à remuneração pela reprodução que é feita das suas obras. A actualização do elenco de suportes e aparelhos abrangidos é imperativa para a conformidade da Lei nacional com a Convenção de Berna e com a Directiva 2001/29/CE: para que exista excepção ao direito exclusivo de reprodução por via da cópia privada é necessário compensar os titulares de direitos, atribuindo-lhes uma remuneração equitativa. Sem que tal suceda, a violação da regra dos três passos é flagrante e constitui um desincentivo à criação e à cultura nacional.

II. Alteração da Lei

Na sequência do trabalho desenvolvido no âmbito dos Departamentos, sob a coordenação e supervisão da Direcção, foi apresentada em 2008 ao Ministro da

Cultura, ao Ministro dos Assuntos Parlamentares, aos Grupos Parlamentares e à 13.ª Comissão de Assuntos Parlamentares uma proposta de alteração da Lei na globalidade, devidamente fundamentada na experiência resultante do trabalho desenvolvido pela AGE COP nestes últimos anos e revista em 2009 quanto a aspectos procedimentais relevantes.

Ambos os Departamentos têm um objectivo comum e uma missão essencial: pugnar pela alteração do quadro legal vigente para o instituto da cópia privada, para que efectivamente permita ressarcir os titulares de direitos pelos danos que lhes são causados e que se adequue com as previsões dos instrumentos legislativos internacionais.

Em 2010 foi reforçada a regularidade dos contactos com as entidades responsáveis pela alteração da Lei. Ao nível do Governo, através de audiências com a Ministra da Cultura e o Ministro dos Assuntos Parlamentares, e com membros dos respectivos Gabinetes, com representantes do GDA e do GPEARL, do gabinete do Secretário de Estado da Inovação – Plano Tecnológico; ao nível da Assembleia da República, através de reuniões com representantes dos Grupos Parlamentares e de uma audiência com o Presidente da 13.ª Comissão.

O trabalho feito pela AGE COP para a revisão da Lei encontra-se amplamente documentado na proposta de alteração da Lei da Cópia Privada e respectivos anexos, apresentada em 2008, e no dossier de apoio (que contém estudos comparativos de tarifas, legislação e direito comparado, dados de mercado e estudos sobre métodos de avaliação do impacto do dano, bem como estudos sobre hábitos de aquisição de suportes e de gravação de obras da população portuguesa

Handwritten signature and initials

referentes a 2009), bem como no Sumário Executivo de análise à proposta de alteração da Lei do Ministério da Cultura, subscrito pela AGE COP, APEL, AUDIOGEST, GDA, GEDIPE e SPA, de 24 de Junho de 2010, apresentado no âmbito da Secção de Direito de Autor do Conselho Nacional de Cultura.

Foram ainda entregues ao gabinete da Ministra da Cultura e ao GPEARI três posições intercalares, as quais culminaram com a apresentação em 2011 de uma proposta pelo Ministério da Cultura, primeiro na Secção de Direito de Autor do Conselho Nacional de Cultura e depois em sessão promovida na SPA.

Esta proposta enferma de problemas técnicos delicados que devem ser revistos, mas no geral representa um avanço significativo. Contudo, devido à inacção do Ministério da Cultura desde Junho de 2010 até Janeiro de 2011, a proposta não chegou sequer a ser aprovada em Conselho de Ministros, devido à demissão do Governo e à não inclusão desta Lei nos temas prioritários de encerramento da agenda política.

III. Distribuição

Em Junho e Dezembro foi feita a distribuição das quantias cobradas entre Dezembro de 2009 e Novembro de 2010, conforme os mapas de distribuição aprovados pela Direcção, e dos juros das aplicações bancárias efectuadas.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Foi distribuída a quantia total de € 1.670.835,59, e de acordo com as proporções estabelecidas na Lei e com os acordos concluídos para a percentagem conjunta dos produtores, os nossos associados receberam os seguintes montantes:

✓ SPA	€ 668.334,24
✓ GDA	€ 501.250,68
✓ GEDIPE	€ 266.063,86
✓ AUDIOGEST	€ 235.186,81

IV. Fundo cultural

Tratemos agora a matéria da aplicação do fundo cultural da AGE COP.

Durante o ano de 2010, a AGE COP desenvolveu o Grande ©. Trata-se de um projecto pioneiro, quer quanto à abordagem comportamental, quer quanto ao âmbito das categorias de obras e titulares de direitos abrangidos, que visa a Educação e Literacia em Direito de Autor e Direitos Conexos. O trabalho desenvolvido no âmbito do Grande © encontra-se amplamente documentado no Relatório Final da Edição 2009-2010 e no Estudo de Impacto do Grande © como ferramenta de literacia para as matérias do direito de autor e dos direitos conexos. **Estes documentos constam como anexo 4 ao presente relatório.**

Handwritten signature and initials

O êxito alcançado na motivação dos alunos e professores em torno do tema da criatividade e da obra original, enquanto fundamentos dos sistemas de protecção de direitos, determinou a continuidade desta iniciativa. O plano de acção para o ano lectivo 2010-2011 consta do relatório acima referido, e inclui o lançamento de um projecto para a faixa etária 6-12. Em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian

A nível nacional, o Grande © conta com o apoio institucional do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação, do Ministério dos Assuntos Parlamentares, do Plano Tecnológico do Ministério da Economia e da Inovação, e com parcerias da Fnac, do SAPO, da SIC, da Valentim de Carvalho, da Universal e da Microsoft. Conta também com 52 media partners, entre rádios, televisões e imprensa, e com diversos apoios, como a Sony, Emi, Música no Coração, Casa da Música, Orquestra de Câmara Portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian, etc.

A nível internacional, o Grande © conta com o apoio institucional da Comissão Europeia e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Pelo seu carácter inovador, o Grande © é a única medida portuguesa referida no relatório da Comissão Europeia acerca da implementação da Agenda Europeia para a Cultura, aprovado em Junho deste ano, e é citado como uma das medidas que, a nível europeu, contribuiu para a promoção da diversidade cultural e do diálogo intercultural.

O Grande © foi referido com maior desenvolvimento no relatório do Open Method of Cooperation Working Group on Developing Synergies with Education - PARTNERSHIPS FOR CULTURAL EDUCATION, grupo de trabalho presidido pela

Hil mth
re.

Directoria Geral da Cultura da Comissão Europeia e que integra os 27 Estados Membros. O Grande © foi um dos projectos convidados a participar como orador em reuniões deste grupo de trabalho, em representação de Portugal.

Este projecto credibilizou e reforçou a imagem institucional da AGECOP, contribuindo para o trabalho de alteração da Lei e de divulgação do papel de defesa dos interesses dos titulares de direitos desempenhado pelas sociedades de gestão colectiva.

No âmbito da gestão do fundo cultural, foi aprovado um regulamento que permitiu retomar as distribuições efectuadas aos associados. A aprovação deste regulamento resultou da resolução dos problemas referentes à execução e prestação de contas por parte dos associados, conforme consta do relatório de auditoria à execução do fundo cultural de 2009, reiterado pelo relatório de 2010.

O regulamento em apreço reforçou os mecanismos de apresentação de propostas e de prestação de contas, assegurando maior transparência no processo de disponibilização de quantias do fundo cultural para aplicação pelos associados.

Em execução do regulamento, foram distribuídas as quantias acumuladas no ano de 2009.

A informação referente à distribuição e execução do fundo cultural no decurso do ano de 2010 constam dos relatórios de auditoria à execução do fundo cultural no exercício de 2010, realizados pelo Revisor Oficial de Contas. **Estes relatórios fazem parte do presente relatório, como anexo 5.**

[Handwritten signatures and initials]

V. Execução dos orçamentos de gestão e do fundo cultural

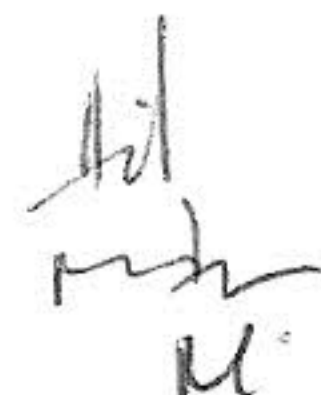
A imputação dos custos de funcionamento efectuada neste relatório de gestão tem em conta o quadro de diminuição das cobranças que se verificou durante todo o exercício de 2010, e que, tendo penalizado fortemente ambos os Departamentos, repercute-se com efeitos mais condicionantes no Departamento de Reprografia, atendendo ao muito reduzido valor das cobranças deste Departamento que decorre do quadro legal profundamente desadequado.

O ano de 2010 e o ano de 2011 são anos em que o plano de actividades a executar tem por fundamento de coesão e como missão institucional a alteração do Lei em vigor, que lesa os titulares de direitos representados pelos associados da AGE COP ao não prever uma compensação pela cópia privada das suas obras no ambiente digital em que vivemos. Assim, e no espírito de solidariedade associativa, a imputação de custos constante do presente relatório de gestão e proposta aos associados baseia-se no princípio de que a contribuição de cada um dos Departamentos para suportar os custos deve ser proporcional ao seu contributo para o valor global da receita.

Vejamos com mais detalhe a execução da despesa. Juntam-se de seguida, como anexo 6, os quadros de execução do orçamento geral e do fundo cultural.

No que respeita à receita, e aplicando o princípio acima exposto,

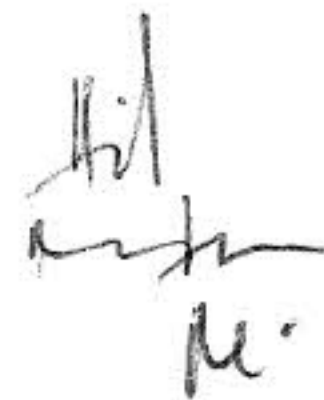
- a receita global da AGE COP em 2010 foi de € 2.389.632,28 brutos, equivalentes a € 1.911.705,82, depois de efectuada a dedução de 20% para o fundo cultural imposta pela Lei
- o Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual foi responsável por € 2.379.368,51, quantia que representa 99,6% da receita global



- o Departamento de Reprografia gerou apenas € 10.263,77 da receita global, representando 0,4% da mesma
- os custos de funcionamento totais são de € 194.529,09. No entanto, devido às regras contabilísticas referentes à contabilização dos activos amortizáveis, são imputados como custos de 2010 € 191.896,89
- o Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual deve suportar 99,6% dos mesmos, o que equivale a € 191.071,74. Consequentemente, compete a cada associado o pagamento de uma quota de € 47.767,93. Foi retida na distribuição de 2010 a quantia orçamentada para custos totais, no valor de € 201.371,12, correspondente a € 50.342,78 por associado, a qual já foi facturada pelos associados, em conformidade com as novas regras definidas no final de 2011. Haverá que fazer em 2011, após aprovação do presente relatório de gestão, a emissão de notas de crédito a cada um dos associados deste Departamento, no valor de € 2.574,84.
- O Departamento de Reprografia deve suportar 0,4% dos mesmos, o que corresponde a € 825,15, cabendo a cada associado o pagamento da quota de € 275,05. As quotas em apreço serão facturadas após aprovação do presente relatório de gestão, e retidas a partir do valor das cobranças efectuadas por este Departamento.

VI. Contabilidade e fiscalidade

A situação contabilística e fiscal da Associação está regularizada, não existindo quaisquer dívidas ao fisco.



As obrigações declarativas têm sido cumpridas, nos termos definidos pelo Revisor Oficial de Contas, não existindo qualquer irregularidade.

A contabilidade está organizada de acordo com o princípio da existência de centros de imputação de custos, apresentando assim maior rigor para o controlo da gestão.

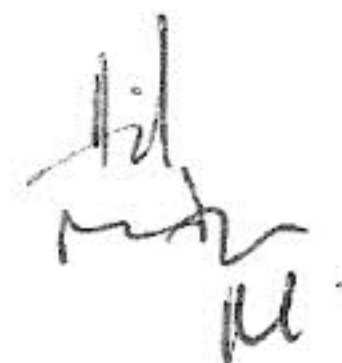
Na sequência de notificação em Dezembro de 2010 pela Direcção Geral de Contribuição e Impostos do indeferimento do pedido de isenção de IRC formulado em 2002 (muito embora a AGE COP tenha no seu estatuto fiscal a informação de isenção definitiva), foi apresentada reclamação desta decisão, devidamente fundamentada e instruída com todos os documentos relevantes, nos primeiros dias de Janeiro de 2011. Até à data não obtivemos informações quanto ao estado actual do processo.

VII. Resultados

Nos termos do balanço e dos demais documentos que evidenciam a situação contabilística da Associação, os resultados do presente exercício equivalem a zero, pelo que não se efectua qualquer proposta de aplicação de resultados.

VIII. Previsão de receitas e despesas

A previsão de receitas e despesas é efectuada nos termos do plano de actividades e do orçamento para 2011.



No entanto, destacam-se as seguintes linhas gerais:

- o ano de 2011 será um ano de muito investimento na representação institucional dos titulares de direitos com o objectivo de ser revisto o actual quadro legal que lesa os seus interesses legítimos e inviabiliza a sua efectiva compensação pelos danos causados pela cópia privada de obras na era digital
- até à revisão do quadro legal em vigor, não se perspectivam alterações significativas ao nível da estrutura de custos da AGE COP
- até à revisão do quadro legal em vigor, não se perspectiva uma melhoria da situação de cobrança, pelo que a previsão de receitas para este ano não ultrapassa os € 1.800.000,00, conforme dados do plano de actividades aprovado para 2011.

IX. Incidências

No último semestre de 2010, foi contratada uma sociedade de advogados para efectuar o contencioso de cobrança da AGE COP.

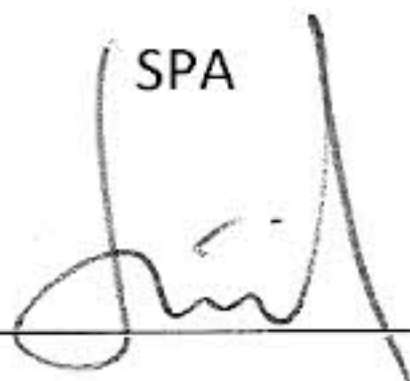
Destaca-se a acção contra a empresa Intyme, que foi concluída com uma transacção judicial no valor de € 584.820, que inclui a dívida principal e os respectivos juros, e cujo pagamento se iniciou ainda em 2010.


Os restantes processos seguiram até final de 2010 em cobrança pré-contenciosa.

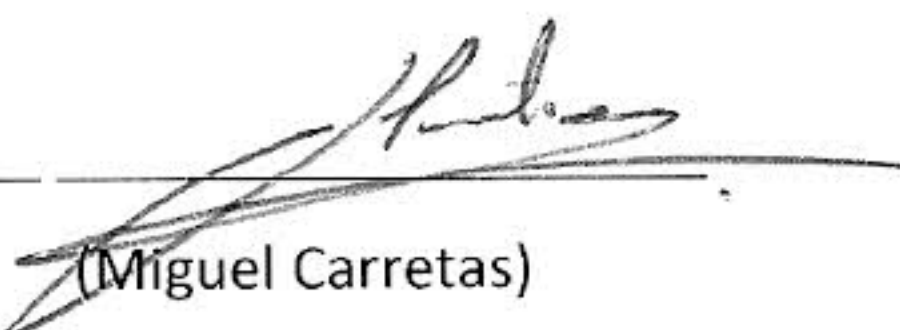
Destaca-se ainda a providência cautelar intentada pela GEDIPE, na qual a AGE COP foi requerida para efectuar reservas à distribuição, e que não teve provimento, decisão confirmada em sede de recurso para o Tribunal da Relação.

Lisboa, 2 de Junho de 2011

A Direcção

SPA

(João David Nunes)

APEL

(Miguel Freitas da Costa)

AUDIOGEST

(Miguel Carretas)

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signature

ANEXO 1

SUPORTES DECLARADOS 2005-2010 - Quadro 1

Referência	2005	TOTALS 2005	2006	TOTALS 2006	2007	TOTALS 2007	2008	TOTALS 2008	2009	TOTALS 2009	2010	TOTALS 2010	Total
CD 8	-	-	20.869,00	-	40.178,00	-	32.674,00	-	19.965,00	-	1.429,00	-	115.066,00
CD 8 cm	77.642,00	-	54.093,00	-	5.883,00	-	2.858,00	-	-	-	405,00	-	141.181,00
CD R data	-	-	-	-	-	-	-	-	593.141,00	-	57.190,00	-	57.190,00
CD R data	46.160.170,00	-	37.484.204,00	-	7.242.301,00	-	10.351.454,00	-	5.198,00	-	5.921,00	-	102.412.887,00
CD R áudio	1.080.932,00	-	841.744,00	-	181.035,00	-	132.139,00	-	138.252,00	-	61.055,00	-	2.245.968,00
CD R áudio	-	-	170.148,00	-	276.672,00	-	177.759,00	-	138.252,00	-	61.055,00	-	773.836,00
CD R data	-	-	47.319.044,00	-	27.590.957,00	-	18.439.937,00	-	13.683.670,00	-	10.896.314,00	-	85.965.844,00
CD R data	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.632,00	-	4.632,00
CD RW Data	1.162.182,00	-	971.597,00	-	305.794,00	-	191.916,00	-	9.700,00	-	5.057,00	-	2.646.246,00
CD RW Data	28.597,00	-	4.735,00	-	5,00	-	1.002,00	-	110,00	-	137,00	-	34.590,00
CD RW áudio	-	-	8.811,00	-	2.914,00	-	1.067,00	-	999,00	-	1.264,00	-	15.055,00
CD RW áudio	-	-	1.190.779,00	-	374.589,00	-	393.265,00	-	1.544.311,00	-	260.704,00	-	3.370.655,00
CD RW data	20.119.908,00	-	19.937.475,00	-	7.634.597,00	-	7.601.509,00	-	2.969.474,00	-	572.153,00	-	58.897.056,00
DVD R	23.773,00	-	4.002,00	-	1.985,00	-	1.633,00	-	1.555,00	-	788,00	-	33.746,00
DVD RAM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.885,00	-	100.885,00
DVD R	-	-	6.431.405,00	-	18.136.920,00	-	14.168.519,00	-	13.942.147,00	-	9.301.075,00	-	61.980.066,00
DVD R	-	-	368.815,00	-	838.583,00	-	545.970,00	-	606.124,00	-	845.841,00	-	2.703.376,00
DVD RW	672.803,00	-	743.103,00	-	173.891,00	-	373.117,00	-	42.325,00	-	13.492,00	-	8.545,00
DVD RW	69.326.307,00	-	69.326.307,00	-	65.238.811,00	-	52.416.818,00	-	38.556.972,00	-	22.236.357,00	-	323.545.875,00
Total	69.326.307,00	-	69.326.307,00	-	65.238.811,00	-	52.416.818,00	-	38.556.972,00	-	22.236.357,00	-	323.545.875,00

RESUMO SUPORTES DECLARADOS À AGE COP (UNIDADES) - Quadro 2

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CD R	47.319.044,00	48.906.074,00	35.286.926,00	29.136.820,00	19.440.227,00	11.623.931,00
CD RW	1.190.779,00	1.359.836,00	1.106.409,00	587.250,00	1.555.170,00	271.794,00
DVD R	20.143.681,00	28.372.832,00	25.835.502,00	21.773.661,00	16.913.176,00	9.974.711,00
DVD RW	672.803,00	1.131.918,00	1.011.974,00	919.087,00	648.449,00	365.921,00

RATIO COBRANÇA % (QUANTIDADES DECLARADAS VS. MERCADO) - Quadro 4

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CD R	117,35	141,54	116,84	130,24	106,86	85,66
CD RW	122,73	123,27	107,50	102,25	400,67	88,96
DVD R	112,99	115,31	102,60	98,46	86,59	61,06
DVD RW	127,41	116,38	88,42	91,91	92,08	60,49

SUPORTES VENDIDOS GFK (UNIDADES) - Quadro 3

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CD R	40.324.236,00	34.552.330,00	29.693.681,00	22.372.027,00	18.191.961,00	13.570.403,00
CD RW	970.217,00	1.103.107,00	1.029.243,00	574.339,00	388.130,00	305.529,00
DVD R	17.827.392,00	22.870.484,00	25.178.158,00	22.114.873,00	19.443.407,00	16.334.769,00
DVD RW	528.066,00	971.644,00	1.144.463,00	999.982,00	704.219,00	604.944,00



Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signature

ANEXO 2

Remunerações devidas						
Períodos	Facturado		Total	Recebimentos		
	Ate 2009	2010		Ate 2009	2010	Total
Até ao 2.º trimestre 2006	9.655.706,54		9.655.706,54	9.655.706,54		9.655.706,54
2.º trimestre de 2006	1.152.591,76		1.152.591,76	1.120.334,95		1.120.334,95
3.º trimestre de 2006	1.728.905,23		1.728.905,23	1.438.248,22		1.438.248,22
4.º trimestre de 2006	1.684.712,62		1.684.712,62	1.610.533,86		1.610.533,86
1.º trimestre de 2007	1.623.323,28		1.623.323,28	1.620.762,26	2.591,02	1.623.353,28
2.º trimestre de 2007	1.388.976,40		1.388.976,40	1.371.980,35		1.371.980,35
3.º trimestre de 2007	1.341.750,48		1.341.750,48	1.334.174,83		1.334.174,83
4.º trimestre de 2007	1.483.909,90		1.483.909,90	1.423.270,61	57.077,90	1.480.348,51
1.º trimestre de 2008	1.105.316,41	459,25	1.105.775,66	1.097.789,60	459,25	1.098.248,85
2.º trimestre de 2008	932.714,99		932.714,99	913.352,89		913.352,89
3.º trimestre de 2008	983.372,52		983.372,52	983.372,52		983.372,52
4.º trimestre de 2008	1.193.669,15		1.193.669,15	1.170.011,10		1.170.011,10
1.º trimestre de 2009	962.740,34	10.178,80	972.919,14	754.250,37	187.206,19	941.456,56
2.º trimestre de 2009	736.374,39		736.374,39	545.353,45	160.401,34	705.754,79
3.º trimestre de 2009	831.986,26	6.389,97	838.376,23	324.348,49	258.392,17	582.740,66
4.º trimestre de 2009		595.190,74	595.190,74		429.672,15	429.672,15
1.º trimestre de 2010		758.077,68	758.077,68		581.518,58	581.518,58
2.º trimestre de 2010		519.044,71	519.044,71		399.030,29	399.030,29
3.º trimestre de 2010		315.591,42	315.591,42		283.069,40	283.069,40
Juros de mora		19.950,22	19.950,22		19.950,22	19.950,22
Total	26.806.050,27	2.224.882,79	29.030.933,06	25.363.490,04	2.379.368,51	27.742.858,55
					</	

ANEXO 3

Facturação DCSA-2010

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
Total	507.803,25	60.098,40	15.103,34	334.499,31	382.744,31	17.601,55	245.449,46	170.117,17	26.271,84	385.580,78	50.109,07	9.154,09	2.204.932,57

Facturação Reprografia-2010

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
	901,02	266,45	342,24	72,31	1.229,92	74,97	438,89	2.332,62	1.510,70	7,20	1.141,92	3,22	8.321,46

Débito de Juros de Mora-Intyme line-2010

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
										16.420,45	1.845,72	1.684,05	19.950,22

Total facturado 2010	508.704,27	60.364,85	15.445,58	334.571,62	383.974,23	17.676,52	245.888,35	172.449,79	27.782,54	402.408,43	53.096,71	10.841,36	2.233.204,25
-----------------------------	-------------------	------------------	------------------	-------------------	-------------------	------------------	-------------------	-------------------	------------------	-------------------	------------------	------------------	---------------------

Recebimentos DCSA-2010

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
	52.764,21	19.060,61	182.109,75	35.728,79	322.140,04	289.581,11	61.035,77	224.300,58	523.596,20	-	151.174,82	517.969,99	2.379.368,51

Recebimentos Reprografia-2010

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
	472,28	490,79	381,36	63,36	123,11	286,86	304,61	1.204,28	444,03	-	2.890,72	3.540,39	10.253,77

Total recebido 2010	53.236,49	19.551,40	182.491,11	35.792,15	322.263,15	289.867,97	61.340,38	225.504,86	524.040,23	-	154.065,54	521.510,38	2.389.632,28
----------------------------	------------------	------------------	-------------------	------------------	-------------------	-------------------	------------------	-------------------	-------------------	----------	-------------------	-------------------	---------------------

Associação para a Gestão da Cópia Privada

ACECOP

Handwritten signature

Alentejo
mu.

ANEXO 6

Mapa da execução orçamental de 2010

DESPESAS	Orçamento 2010 (a)	Execução 2010 (b)	(a)-(b)	% de execução s/ previsão	NOTAS EXPLICATIVAS Variações >=10%
1 Salário 1	77.380,98	77.300,18	80,80	99,90%	Directora Executiva
2 Salário 2	15.891,40	15.813,47	77,93	99,51%	Secretária
3 Salário 3	12.816,10	11.543,97	1.272,13	90,07%	Secretária contabilidade
4 Outras despesas trab.	2.000,00	1.786,20	213,80	89,31%	Subsídio transporte/seguro acidentes trabalho 2010
5 Seguros de saúde	1.700,00	1.765,19	-65,19	103,83%	Actualização
6 Renda	9.900,00	9.600,00	300,00	96,97%	Actualização
7 Mobiliário e obras	3.500,00	3.438,46	61,54	98,24%	Obras no sistema eléctrico e equipamento escritório
8 Informática e telecom.	8.000,00	7.990,92	9,08	99,89%	Reestruturação total equipamentos e licenças
9 Económico e correios	8.000,00	7.393,58	606,42	92,42%	
10 Telecomunicações	5.000,00	5.776,28	-776,28	115,53%	Acréscimo contactos telefónicos/equipamento
11 Tipografia	1.800,00	0,00	1.800,00	0,00%	
12 Despesas do escritório	600,00	748,34	-148,34	124,72%	Aumento dos custos com EDP devido a servidor
13 Renting	6.560,64	8.347,08	-1.786,44	127,23%	Despesas com troca de viatura/Duplo pagamento de prestação só detectado em 2011, que será creditado
14 Despesas de representação	7.000,00	6.916,26	83,74	98,80%	
15 Manutenção site	500,00	0,00	500,00	0,00%	Actualização
16 Sist Declarativo+PHC	2.000,00	1.734,04	265,96	86,70%	Parametrização e formação software/Manutenção bases de dados
17 Contencioso	6.000,00	9.101,49	-3.101,49	151,69%	Ações de cobrança/Acordos de pagamento de dívida
18 ROC	2.420,00	2.410,00	10,00	99,59%	
19 Contabilidade	5.040,00	5.182,50	-142,50	102,83%	Actualização
20 Medicina no trabalho	180,00	146,01	33,99	81,12%	
21 Assistência Informática	3.750,00	3.437,50	312,50	91,67%	
22 Auditorias declarantes	12.240,00	9.205,50	3.034,50	75,21%	Auditorias a declarantes (actividade de cobrança)/Revisão contas fundo cultural
23 Fiscalização	0,00	0,00	0,00		
24 Limpeza	2.592,00	3.187,70	-595,70	122,98%	Demissão empregada antiga/empresas/nova admissão/materiais limpeza
25 Diversos	2.500,00	1.503,17	996,83	60,13%	Despesas banco/Despesas contratação trabalhador Multipessoal/manutenção bases de dados
26 Outras amortizações	4.000,00	201,25	3.798,75	5,03%	Encargos com férias trabalhadores (previsão; não há saída de dinheiro)
	201.371,12	194.529,09	6.842,03	96,60	

Handwritten signature
M.

ANEXO 6

FUNDO CULTURAL

Orçamento 2010

	Previsão 2010	Executado 2010	Notas 2010
Auditorias	4.000,00	1.800,00	Auditorias fundo cultural
Investigação e divulgação institucional	10.000,00	3.932,00	Quota IFRRO/Quota MAPINET
Estudos	40.000,00	45.590,24	Ogimatech/Intercampus 2009 (alteração da Lei)
Divulgação - Jornadas/Congresso	20.000,00	13.386,85	EGM IFRRO
Parecer Direito Comunitário	10.000,00	0,00	
Projecto Escolas	231.000,00	227.665,40	
Total	315.000,00	309.834,49	

Nota: foi executado o valor de 17.460,00 por conta de honorários à Bitola Mágica

ANEXO 6

GRANDE © 2010	DETALHE EXECUÇÃO ORÇAMENTO
----------------------	-----------------------------------

Fornecedor	Factura nº	Data	Valor
Visão X	218	04-01-2010	4.800,00
Santa Comunicação	A520	14-01-2010	810,00
INPI		13-01-2010	180,00
Redespaço, SA	100002	18-01-2010	30,10
Accedo	1114	18-01-2010	4.501,20
Sair da Casca	7	25-01-2010	7.030,36
Visão X	221	27-01-2010	7.968,00
Accedo	1125	03-02-2010	2.040,00
Accedo	1133	22-02-2010	1.020,00
Accedo	1150	01-03-2010	2.040,00
Sair da Casca	39	05-03-2010	300,24
Santa Comunicação	A536	09-03-2010	3.681,60
Santa Comunicação	A535	09-03-2010	2.976,00
Santa Comunicação	A537	09-03-2010	192,00
Sair da Casca	1	26-03-2010	2.732,66
Sair da Casca	71	29-03-2010	2.352,76
Visão X	234	21-04-2010	1.344,00
Sair da Casca	102	28-04-2010	4.128,34
Accedo	1207	03-05-2010	752,23
Accedo	1217	03-05-2010	2.100,00
Sair da Casca	126	17-05-2010	4.473,84
Sair da Casca	128	24-05-2010	4.003,36
Accedo	1224	01-06-2010	2.100,00
Sair da Casca	154	25-06-2010	2.352,76
Intercampus	296	30-06-2010	3.600,00
Accedo	1240	01-07-2010	2.057,00
Sair da Casca	5	21-07-2010	32,10
Intercampus	201000328	29-07-2010	1.988,64
Accedo	1275	02-08-2010	907,50
Accedo	1268	02-08-2010	1.028,50
Pav. Atlantico	80023	12-08-2010	6.249,65
Accedo	1283	01-09-2010	1.028,50
Accedo	1284	01-09-2010	8.962,47
Pav. Atlantico	90032	14-09-2010	6.314,99
Roda Dentada	8398	14-09-2010	907,50
Roda Dentada	8437	22-09-2010	1.966,25
Find The Way	4	24-09-2010	19.360,00
Visão X	253	23-09-2010	726,00
Roda Dentada	8444	27-09-2010	1.966,25
Armazem 42	36	29-09-2010	5.000,00
Armazem 42	36	29-09-2010	10.125,00
Sana Hotel	FT Prof.	07-10-2010	73,00
Publibranco	100256	07-10-2010	512,82
Ovnitur	2101343	07-10-2010	186,00
Gisband	201001171	08-10-2010	433,18
NMJ	10-Out	08-10-2010	2.118,19
Indugrave	6348	11-10-2010	300,00
Find The Way	ft 5	11-10-2010	19.360,00
Accedo	1320	13-10-2010	274,19
Casa da Musica	315	14-10-2010	453,48

ANEXO 6

GRANDE © 2010 DETALHE EXECUÇÃO ORÇAMENTO			
Fornecedor	Factura nº	Data	Valor
Roda Dentada	8476	15-10-2010	1.512,50
Frank & Stein	18	17-10-2010	105,80
Paulo Figueiredo	RV	20-10-2010	1.573,00
Armazem 42	41	20-10-2010	13.915,00
Armazem 42	42	20-10-2010	931,70
Armazem 42	43	20-10-2010	220,83
Inês Folque	RV	22-10-2010	1.573,00
Axa	Rec. 25336834	13-10-2010	160,78
Axa	Rec. 25302212	12-10-2010	218,94
Accedo	FT 1321	13-10-2010	8.962,47
Accedo	FT 1336	26-10-2010	1.028,50
Accedo	1339	02-11-2010	2.783,00
Accedo	FT 1352	10-11-2010	30,25
Biosom	47	02-11-2010	302,50
Biosom	desp. Trf	02-11-2010	5,24
Paulo Ferrão	RV	30-11-2010	600,00
Pure activism	ft 226	13-12-2010	5.808,00
Accedo	Ft 1322	14-12-2010	484,00
Armazem 42	Ft 7	16-12-2010	2.637,80
Valkiria's	Ft 342	17-12-2010	320,65
Valkiria's	Ft 341	20-12-2010	1.996,50
Accedo	Ft 1356	21-12-2010	2.783,00
Rest. Largo		31-12-2010	60,00
Valkiria's	Ft 346	31-12-2010	1.996,50
Valkiria's	Ft 347	31-12-2010	320,65
Desp. Diversas		31-12-2010	84,95
Sair da Casca	Ft 228	31-12-2010	6.359,16
Visão X	NC 2 - reg.iva fact.212 de 2009	21-02-2010	-55,00
Flesktelecom	Ft 30932	05-01-2010	407,88
Flesktelecom	NC 368	02-02-2010	-163,15
Despesa visa	restaurante Delfina Boullosa	22-02-2010	108,00
Despesa visa	restaurante A travessa	22-02-2010	183,50
Despesa visa	restaurante o Mattos	29-01-2010	53,00
Despesa visa	restaurante o Mattos	03-02-2010	44,00
Despesa visa	rio s rest bar Oeiras	11-03-2010	95,95
Despesa visa	Bedim-restauração	15-03-2010	68,00
Despesa visa	Bedim-restauração	26-03-2010	44,00
Accedo	ft 1154	19-04-2010	2.040,00
Despesa visa	hotel leopold	22-04-2010	84,00
Despesa visa	restaurante o Mattos	16-04-2010	52,00
Mateus Sousa Araújo	stand expo Amadora	20-05-2010	93,00
José Maria Sêco	stand expo Amadora	20-05-2010	63,00
Imaginação impressa	vd 57745-cópias obras concurso grande c	07-06-2010	537,48
Despesa visa	canecas e morais	01-06-2010	59,50
Sair da casca	Ft 154	25-06-2010	2.352,76
Pavilhão atlântico	ft 2010060051	30-06-2010	2.479,20
Despesas caixa	refeições e estacionamento-grande c	30-08-2010	37,90
Zerobarraum	ft 5	29-06-2010	1.860,00
Businessgolf	ft 35	15-09-2010	605,00
Total			227.665,40

Balanço

2

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

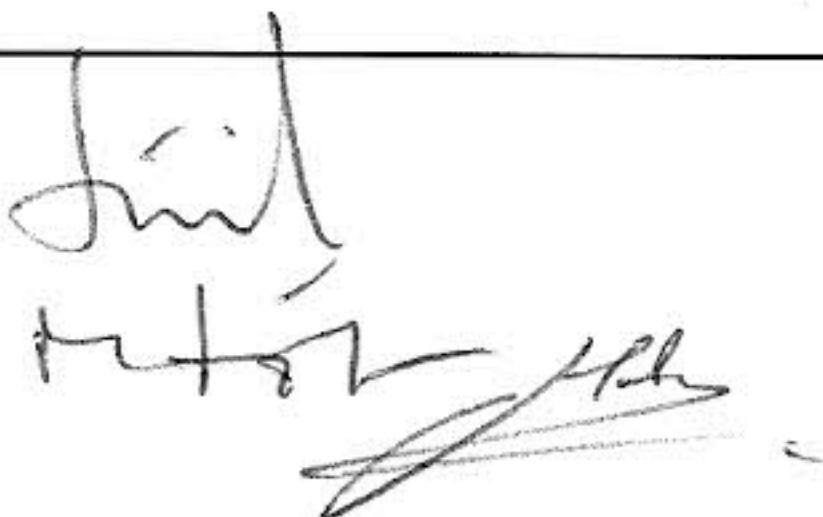
Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2010	31-12-2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	15.861,20	5.019,15
		15.861,20	5.019,15
Activo corrente			
Outras contas a receber	6	1.309.948,97	1.464.457,34
Diferimentos		4.652,73	1.915,27
Caixa e depósitos bancários	4	727.792,69	2.007.538,08
		2.042.394,39	3.473.910,69
Total do activo		2.058.255,59	3.478.929,84
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Dotação inicial	7	2.494,00	2.494,00
Resultados transitados	7	23.395,71	23.395,71
		25.889,71	25.889,71
Resultado líquido do período	7	0,00	0,00
Total do capital próprio		25.889,71	25.889,71
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	8	27.665,80	21.684,36
Estado e outros entes públicos	9	1.191,45	2.552,01
Outras contas a pagar	8	2.003.508,63	3.428.803,76
		2.032.365,88	3.453.040,13
Total do passivo		2.032.365,88	3.453.040,13
Total do capital próprio e do passivo		2.058.255,59	3.478.929,84

Direcção



Técnico Oficial de Contas



Demonstração de Resultados por Naturezas

3

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Fornecimentos e serviços externos	10	-391.902,09	-247.974,35
Gastos com o pessoal	11	-104.329,85	-92.991,64
Outros rendimentos e ganhos	12	503.731,38	345.396,62
Outros gastos e perdas		-2.140,72	-2.239,69
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.358,72	2.190,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-5.358,72	-2.069,17
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	121,77
Juros e gastos similares suportados		0,00	-121,77
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	8	0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

Direcção



Técnico Oficial de Contas



Demonstração dos Fluxos de Caixa

4

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

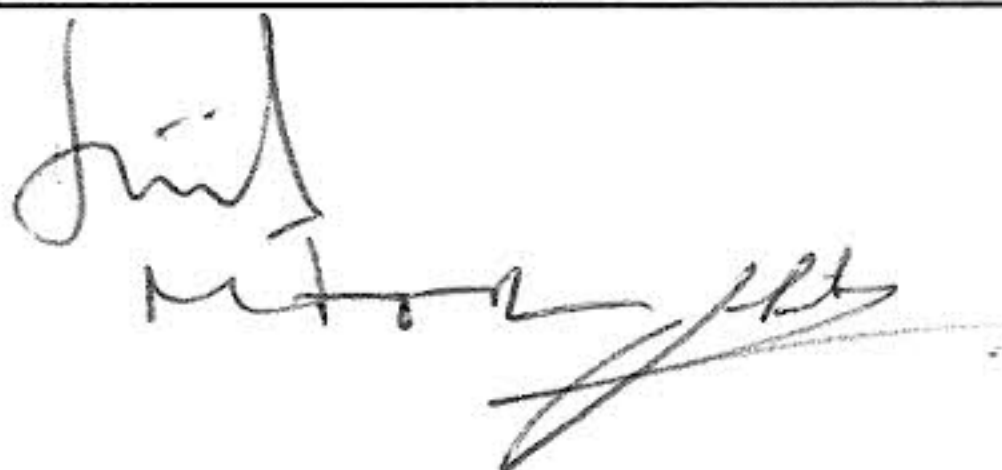
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de entidades contribuintes:			
Audiovisual		2.379.368,51	3.666.698,15
Reprografia		10.263,77	14.231,08
Pagamentos de direitos		-1.670.835,59	-2.744.503,35
Disponibilização de fundo cultural		-1.488.030,45	0,00
Pagamentos a fornecedores		-387.676,66	-234.659,93
Pagamentos ao pessoal		-105.401,79	-93.003,50
Caixa gerada pelas operações		-1.262.312,21	608.762,45
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos relativos à actividade operacional		-1.520,59	-1.778,94
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-1.263.832,80	606.983,51
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-15.928,52	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	10.015,12
Juros e rendimentos similares		15,93	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-15.912,59	10.015,12
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	-9.762,07
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	-9.762,07
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1.279.745,39	607.236,56
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.007.538,08	1.400.301,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	727.792,69	2.007.538,08

Direcção



Técnico Oficial de Contas



Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

5

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

DEMONSTRAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO CULTURAL

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

EURO

DESCRIÇÃO	2010	2009	2008	2007	Total
Disponibilização de fundo cultural:					
SPA	707.445,97	0,00	325.534,15	709.328,88	1.742.309,00
GDA	530.584,48	0,00	244.150,62	531.996,66	1.306.731,76
GEDIPE	0,00	0,00	129.595,15	282.383,82	411.978,97
AUDIOGEST	250.000,00	0,00	114.555,47	249.612,83	614.168,30
<i>Totais</i>	1.488.030,45	0,00	813.835,39	1.773.322,19	4.075.188,03
Juros das aplicações do fundo cultural:					
SPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 a)
GDA	300,83	3.454,17	3.843,00	500,00	8.098,00
GEDIPE	2,62	6.676,90	10.311,19	0,00	16.990,71
AUDIOGEST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 a)
<i>Totais</i>	303,45	10.131,07	14.154,19	500,00	25.088,71
Utilização de fundo cultural:					
SPA	252.700,00	154.773,67	558.172,80	321.972,85	1.287.619,32
GDA	139.607,18	218.160,26	370.558,15	244.650,58	972.976,17
GEDIPE	1.255,24	297.825,84	117.406,85	12.271,66	428.759,59
AUDIOGEST	194.231,58	82.888,95	69.865,96	72.350,81	419.337,30
<i>Totais</i>	587.794,00	753.648,72	1.116.003,76	651.245,90	3.108.692,38
Desvio:					
Em valor					-991.584,36
Em percentagem					-24,18%

a) Informação não disponível.

Direcção

Técnico Oficial de Contas




Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios

6

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2009

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Dotação inicial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total			
Posição no início do período 2009	1 2	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71		0,00	25.889,71
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Resultado líquido do período	2							
Resultado integral	3							
Operações com detentores de capital no período	4-2+3							
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
Posição no fim do período 2009	5 6=1+2+3+5	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
		2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71		0,00	25.889,71

Direcção

Técnico Oficial de Contas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2010

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2010	6	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	0,00	25.889,71
Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado integral	9=7+8			0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2010	6+7+8+10	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	0,00	25.889,71

Direcção

Técnico Oficial de Contas

[Assinatura]

[Assinatura]

Anexo às Demonstrações Financeiras

7

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2010

1. Identificação da entidade:

- 1 – Designação da entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
- 2 – Sede: Avenida Estados Unidos da América, 94, 7.º B, freguesia de Alvalade, em Lisboa
- 3 – Natureza da actividade: objecto a cobrança e gestão das quantias previstas no artigo 82.º do Código do Autor e dos Direitos Conexos regulado pela Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro.

A associação tem o número de pessoa colectiva 505.183.994.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2010.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de Julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

2.3 – Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória:

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez no ano de 2010 de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) contempladas no novo referencial contabilístico português – SNC. Para o efeito, foi elaborado um balanço de abertura em 1 de Janeiro de 2010 de acordo com as NCRF, de forma que fosse possível apresentar as demonstrações financeiras do ano de 2009 apresentadas para fins comparativos com as NCRF.

Salientamos que as demonstrações financeiras deste ano de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as NCRF.

A reconciliação dos resultados e dos capitais próprios, referente ao ano de 2009, apresentam-se como segue:

Resultado do ano 2009 de acordo com o POC	0,00
Mais:	
Menos:	
Resultado do ano 2009 de acordo com as NCRF	0,00

Capital Próprio em 1 de Janeiro de 2009 de acordo com o POC	25.889,71
Mais:	
Menos:	
Capital Próprio em 1 de Janeiro de 2009 de acordo com as NCRF	25.889,71

Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2009 de acordo com o POC	25.889,71
Mais:	
Menos:	
Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2009 de acordo com as NCRF	25.889,71

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou actual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da Associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	3 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros activos fixos tangíveis	8 anos

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Impostos sobre o rendimento

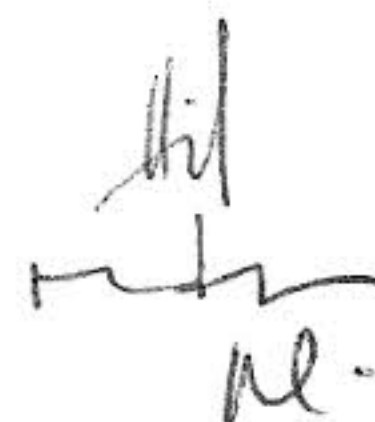
A Associação encontra-se isenta de impostos sobre lucros, nos termos do artigo 10.º do Código do IRC.

3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efectuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.



A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objectivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direcção considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direcção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2010	2009
Numerário	354,53	454,28
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	727.585,91	2.007.083,80
Outras disponibilidades	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	727.940,44	2.007.538,08
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	727.940,44	2.007.538,08
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

Handwritten signature and initials

5. Activos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de activos fixos tangíveis:

Movimentos	Rubricas				Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos tangíveis em curso	
Saldo inicial:					
Valor de aquisição	2.820,00	16.753,29	2.845,92	0,00	22.419,21
Depreciação acumulada	-1.879,82	-14.097,28	-1.422,96	0,00	-17.400,06
Valor líquido inicial	940,18	2.656,01	1.422,96	0,00	5.019,15
Movimentos do ano:					
Aquisições	0,00	7.990,92	0,00	8.209,85	16.200,77
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-940,18	-4.062,80	-355,74	0,00	-5.358,72
Total de movimentos	-940,18	3.928,12	-355,74	8.209,85	10.842,05
Saldo final:					
Valor de aquisição	2.820,00	24.744,21	2.845,92	8.209,85	38.619,98
Depreciação acumulada	-2.820,00	-18.160,08	-1.778,70	0,00	-22.758,78
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	0,00	6.584,13	1.067,22	8.209,85	15.861,20

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de activos fixos tangíveis.

[Handwritten signature]
M.

6. Outras contas a receber:

6.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe das outras contas a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2010	2009
Devedores por acréscimos	2.000,00	0,00
	2.000,00	0,00
Associadas	1.602,21	1.602,21
Entidades reprografia	17.850,51	20.182,73
Entidades audiovisual	1.288.074,51	1.442.555,00
Outros devedores	421,74	117,40
	1.307.948,97	1.464.457,34
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total líquido	1.309.948,97	1.464.457,34

A Associação entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

7. Capital Próprio:

A variação ocorrida, nos anos de 2009 e 2010, no Capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações no Capital Próprio.

Handwritten signature and initials

8. Fornecedores e outras contas a pagar:

8.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2010	2009
Fornecedores conta corrente	27.665,80	21.684,36
Total	27.665,80	21.684,36

A rubrica de outras contas a pagar apresenta-se como segue:

Natureza	2010	2009
Fornecedores de investimentos	272,25	0,00
	272,25	0,00
Credores por acréscimos	13.579,74	12.325,43
	13.579,74	12.325,43
Outros credores:		
Remunerações devidas	1.305.925,02	1.464.735,23
Direitos a distribuir	386.870,08	161.619,81
Juros a distribuir	14.584,93	148.913,08
Fundo cultural	280.167,20	1.639.964,89
Outros	2.257,16	1.245,32
	1.989.804,39	3.416.478,33
Total	2.003.656,38	3.428.803,76

[Handwritten signature]
M.

9. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	Activo correntes	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,00	991,19
Contribuições para a Segurança Social	0,00	200,26
Total	0,00	1.191,45

10. Rédito:

10.1 – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor dos outros rendimentos e ganhos.

10.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2010	2009
Outros rendimentos e ganhos:		
Quotas	192.016,03	141.349,79
Fundo Cultural	309.834,49	203.689,98
Apoio participação IFRRO	2.000,00	0,00
Outros	0,00	356,85
Total de outros rendimentos e ganhos	503.850,52	345.396,62

Handwritten signature and initials

11. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2010	2009
Subcontratos	284.811,21	173.736,36
Trabalhos especializados	32.050,83	24.346,73
Rendas e alugueres	17.181,92	14.565,12
Deslocações e estadas	13.435,17	5.409,55
Honorários	10.980,99	4.550,00
Comunicação	9.143,36	7.199,95
Contencioso e notariado	4.808,00	5.724,83
Seguros	3.088,19	3.274,03
Material de escritório	3.297,72	3.695,38
Diversos	12.956,95	5.472,40
Total	391.754,34	247.974,35

12. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2010	2009
Remunerações	85.485,06	77.147,75
Encargos sobre remunerações	14.761,45	14.812,26
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.365,05	719,53
Outros gastos com o pessoal	2.718,29	312,10
Total	104.329,85	92.991,64

Durante o exercício de 2010, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 3 funcionários.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

13. Acontecimentos após a data do balanço:

13.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

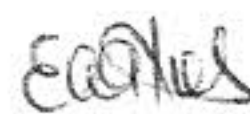
13.2 – Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direcção



Técnico Oficial de Contas



Certificação Legal das Contas

8



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 2.058.256 euros e um total de capital próprio de 25.890 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

27.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da direcção com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada em 31 de Dezembro de 2010 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório da direcção é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 6 de Junho de 2011

FLORIANO TOCHA, PAULO CHAVES & ASSOCIADO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

9

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados da,
AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
Lisboa

Em cumprimento da alínea b) artigo 17.º dos Estatutos da Associação temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa acção fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório e contas apresentados pela Direcção relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da vossa Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direcção quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal, no âmbito da apreciação do relatório e contas referente ao exercício de 2010 apresentado pela Direcção, vigiou a observância da lei e dos estatutos, efectuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adoptados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Direcção, o qual traduz, de modo adequado, a actividade, evolução e a situação da vossa Associação.

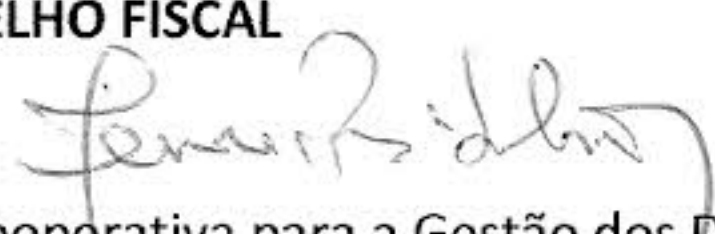
O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas FLORIANO TOCHA, PAULO CHAVES & ASSOCIADO decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efectuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Direcção deve ser aprovado.
2. As Contas apresentadas pela Direcção devem ser aprovadas.
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direcção deve ser aprovada.

Lisboa, 5 de Setembro de 2011

O CONSELHO FISCAL


GDA – Cooperativa para a Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes
ou Executantes, representada por Dr.ª Teresa Oliveira - Presidente

Adelaide Menezes Leitão, com declaração de voto contra em anexo
GESTAUTOR – Associação de Gestão Colectiva de Direito de Autor,
representada por Dr.ª Adelaide Menezes Leitão - Vogal


FLORIANO TOCHA, PAULO CHAVES & ASSOCIADO - SROC, representada
por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal